

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi
Univales MT/RO
Juina - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 22 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à mudança da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	56.059	53.641
Carteira de Crédito *	459.952	304.411
Depósitos	300.805	235.980
Patrimônio Líquido	217.509	227.447
Capital	98.981	101.972
Resultado Antes das Destinações	40.021	46.325
Rentabilidade do PL	18,40%	20,37%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	532.748	495.172	CIRCULANTE	257.308	270.480
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.728	6.911	DEPÓSITOS (NOTA 10)	126.054	118.493
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	225.295	153.042	Depósitos à Vista	120.253	111.381
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	123	-	Depósitos Interfinanceiros	39	20
Depósitos no Banco Central	-	2	Depósitos a Prazo	5.762	7.092
Correspondentes no país	1.086	852	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.191	95.571
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	224.086	152.188	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	1.148
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	277.381	313.978	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	93.190	94.423
Operações de Crédito	305.575	339.338	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.222	1.083
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(28.194)	(25.360)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.222	1.083
OUTROS CRÉDITOS	17.694	18.189	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	5.660	26.114
Créditos por Avais e Fianças Honorados	497	72	Empréstimos País - Outras Instituições	5.660	26.114
Rendas a Receber	1.492	2.492	OUTRAS OBRIGAÇÕES	31.181	29.219
Diversos (NOTA 06)	16.361	15.871	Cobrança e Arrecadação de Tributos	62	70
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(656)	(246)	Sociais e Estatutárias	5.361	3.422
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	4.650	3.052	Fiscais e Previdenciárias	1.167	997
Outros Valores e Bens	5.065	3.153	Diversas (NOTA 13)	24.591	24.730
(Provisão para desvalorização)	(603)	(226)			
Despesas Antecipadas	188	125			
NÃO CIRCULANTE	72.185	92.935	NÃO CIRCULANTE	120.178	128.415
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	27.138	49.709	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	120.178	128.415
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	27.030	49.574	DEPÓSITOS (NOTA 10)	109.926	108.119
Operações de Crédito	30.639	54.353	Depósitos a Prazo	109.926	108.119
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.609)	(4.779)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	10.252	20.296
OUTROS CRÉDITOS	108	135	Repasse Interfinanceiros	10.252	20.296
Diversos (NOTA 06)	109	135			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1)	-			
PERMANENTE	45.047	43.226	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	227.447	189.212
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	23.346	23.346	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	101.972	82.437
Outros Investimentos	23.346	23.346	De Domiciliados no País	102.068	82.563
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	14.993	14.052	(Capital a Realizar)	(96)	(126)
Imóveis de Uso	7.377	6.272	RESERVAS DE SOBRAS	107.813	89.812
Outras Imobilizações de Uso	16.001	14.098	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.662	16.963
(Depreciação acumulada)	(8.385)	(6.318)			
INTANGÍVEL (NOTA 09)	6.708	5.828			
Outros Ativos Intangíveis	11.590	9.693			
(Amortização acumulada)	(4.882)	(3.865)			
TOTAL DO ATIVO	604.933	588.107	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	604.933	588.107

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	Ato Não		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.129	-	52.129	107.932	1	107.933	108.806	1	108.807
Operações de Crédito	52.126	-	52.126	107.929	1	107.930	108.806	1	108.807
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3	-	3	3	-	3	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22.856)	(423)	(23.279)	(47.022)	(734)	(47.756)	(49.770)	(876)	(50.646)
Operações de Captação no Mercado	(7.291)	(13)	(7.304)	(14.227)	(21)	(14.248)	(12.171)	(24)	(12.195)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.504)	(410)	(5.914)	(12.115)	(713)	(12.828)	(12.691)	(852)	(13.543)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.061)	-	(10.061)	(20.680)	-	(20.680)	(24.908)	-	(24.908)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.273	(423)	28.850	60.910	(733)	60.177	59.036	(875)	58.161
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.092)	2.874	(6.218)	(19.389)	5.283	(14.106)	(23.196)	7.261	(15.935)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.177	5.349	8.526	5.870	9.617	15.487	4.775	8.930	13.705
Rendas de Tarifas Bancárias	5.251	-	5.251	10.991	1	10.992	11.590	3	11.593
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.978)	(1.122)	(16.100)	(28.885)	(1.760)	(30.645)	(26.970)	(1.767)	(28.737)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(11.673)	(1.150)	(12.823)	(23.073)	(1.924)	(24.997)	(20.723)	(2.180)	(22.903)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(34)	(270)	(304)	(74)	(486)	(560)	(103)	(458)	(561)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	21.292	663	21.955	37.115	801	37.916	25.520	3.670	29.190
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(12.127)	(596)	(12.723)	(21.333)	(966)	(22.299)	(17.285)	(937)	(18.222)
RESULTADO OPERACIONAL	20.181	2.451	22.632	41.521	4.550	46.071	35.840	6.386	42.226
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(227)	17	(210)	224	30	254	1.002	4	1.006
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.954	2.468	22.422	41.745	4.580	46.325	36.842	6.390	43.232
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	555	555	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	324	324	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	231	231	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	19.954	3.023	22.977	41.745	4.580	46.325	36.842	6.390	43.232
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.580	(4.580)	-	6.390	(6.390)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.954	3.023	22.977	46.325	-	46.325	43.232	-	43.232
DESTINAÇÕES	-	-	-	(28.663)	-	(28.663)	(26.269)	-	(26.269)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.405)	-	(9.405)	(7.989)	-	(7.989)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.766)	-	(1.766)	(1.696)	-	(1.696)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.896)	-	(15.896)	(15.266)	-	(15.266)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.596)	-	(1.596)	(818)	-	(818)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(500)	-	(500)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	17.662	-	17.662	16.963	-	16.963

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	67.753	67.477	19.170	154.400
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.267	-	(12.652)	(6.385)
Destinações para reservas	-	5.751	(5.751)	-
Outras destinações	-	-	(767)	(767)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.271	-	-	4.271
Baixas de capital	(3.589)	-	-	(3.589)
Resultado do período	-	-	43.232	43.232
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.696)	(1.696)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.266	(15.266)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.735	-	(7.989)	(254)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	818	(818)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	500	(500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	82.437	89.812	16.963	189.212
Mutações do Período	14.684	22.335	(2.207)	34.812
Saldos no início do período em 01/01/2016	82.437	89.812	16.963	189.212
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	15.601	-	(15.601)	-
Destinações para reservas	-	509	(509)	-
Outras destinações	-	-	(853)	(853)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.908	-	-	2.908
Baixas de capital	(7.972)	-	-	(7.972)
Resultado do período	-	-	46.325	46.325
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.766)	(1.766)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.896	(15.896)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.998	-	(9.405)	(407)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.596	(1.596)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	101.972	107.813	17.662	227.447
Mutações do Período	19.535	18.001	699	38.235
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	96.143	90.321	23.348	209.812
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.311	-	-	1.311
Baixas de capital	(4.480)	-	-	(4.480)
Resultado do período	-	-	22.977	22.977
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.766)	(1.766)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.896	(15.896)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.998	-	(9.405)	(407)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.596	(1.596)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	101.972	107.813	17.662	227.447
Mutações do Período	5.829	17.492	(5.686)	17.635

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.840	50.983	58.640
Resultado do semestre/exercício	22.977	46.325	43.232
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(137)	4.658	15.408
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(420)	1.665	13.888
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	297	376	227
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	426	410	141
Depreciação do imobilizado de uso	1.227	2.325	2.128
Amortização do intangível	552	1.018	868
Baixas do ativo permanente	54	302	371
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	14	(36)	36
Destinações ao FATES	(1.766)	(1.766)	(1.696)
Dividendos SicrediPar	(521)	364	(555)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(15.425)	33.522	(5.917)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.112	3.865	22
(Aumento) Redução em créditos vinculados	11	2	(2)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(50)	(235)	148
(Aumento) Redução em operações de crédito	18.561	57.477	2.665
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(5.903)	(12.424)	610
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.054)	(254)	(3.756)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.098)	(1.972)	(2.309)
Aumento (Redução) em depósitos	(16.023)	9.368	(8.106)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(511)	139	34
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(22.216)	(20.454)	109
Absorção de dispêndios pelo FATES	(566)	(1.881)	(2.277)
(Redução) Aumento em outras obrigações	6.312	(109)	6.945
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	7.415	84.505	52.723
Aquisição de Investimentos	-	-	(2.630)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.261)	(3.569)	(1.866)
Aplicações no Intangível	(359)	(1.897)	(2.684)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.620)	(5.466)	(7.180)
Integralização de capital	1.311	2.908	4.271
Baixa de capital	(4.480)	(7.972)	(3.589)
Juros ao capital próprio	(407)	(407)	(254)
Distribuição de Sobras	-	(853)	(7.152)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.576)	(6.324)	(6.724)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.219	72.715	38.819
Caixa e equivalente de caixa no início do período	230.595	159.099	120.280
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	231.814	231.814	159.099

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/03/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	495.305	(133)	495.172
OUTROS CRÉDITOS	18.322	(133)	18.189
Diversos	16.004	(133)	15.871
Ativo Não circulante	92.802	133	92.935
OUTROS CRÉDITOS	2	133	135
Diversos	2	133	135
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	15.935	-	15.935
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	14.242	(537)	13.705
Rendas de Tarifas Bancárias	11.056	537	11.593

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	7.728	6.911
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	224.086	152.188
Total	231.814	159.099

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	192.439	16.010	208.449	252.561
Financiamentos	18.599	4.014	22.613	22.852
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.537	10.615	105.152	118.278
Carteira total	305.575	30.639	336.214	393.691

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	497	-	497	72
Devedores por compra de valores e bens	122	108	230	-
Títulos e créditos a receber (i)	11.273	1	11.274	10.059
Total	11.892	109	12.001	10.131

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	130.657	133.685	653	668
Nível B	1,00	134.533	144.153	1.345	1.442
Nível C	3,00	27.863	64.476	836	1.934
Nível D	10,00	16.891	18.900	1.689	1.890
Nível E	30,00	9.315	16.373	2.795	4.912
Nível F	50,00	6.240	11.878	3.120	5.939
Nível G	70,00	2.314	2.524	1.620	1.767
Nível H	100,00	20.402	11.833	20.402	11.833
Total (i)		348.215	403.822	32.460	30.385

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	8.704	47.337	75.237	12.930	144.208	165.147
Rural	723	12.526	81.288	10.615	105.152	118.278
Industrial	694	6.150	4.086	787	11.717	17.551
Comércio	2.318	26.645	21.274	4.006	54.243	70.884
Outros Serviços	7.550	11.585	11.349	2.411	32.895	31.962
Total	19.989	104.243	193.234	30.749	348.215	403.822

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	29.276	8,41	23.919	5,92
50 devedores seguintes	52.108	14,96	50.145	12,42
100 devedores seguintes	44.256	12,71	49.377	12,23
Demais	222.575	63,92	280.381	69,43
Total	348.215	100	403.822	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	30.385	16.356
Constituição de provisão	20.680	24.908
Movimentação de baixados para prejuízo	(18.605)	(10.879)
Saldo final	32.460	30.385

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.044 (2015 - R\$ 2.949), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 11.169 (2015 - R\$ 10.338).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	152	131
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.272	2.667
Devedores por compra de valores e bens	122	-
Devedores por depósitos em garantia	101	119
Impostos e contribuições a compensar	510	576
Títulos e créditos a receber	11.273	10.057
Valores honrados	79	28
Cotas de consórcio	468	250
Operações com cartões	54	29
Pendências a regularizar	55	1.672
Outros	275	342
Total Circulante	16.361	15.871
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	133
Devedores por compra de valores e bens	108	-
Títulos e créditos a receber	1	2
Total realizável a longo prazo	109	135

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.065	3.153
Imóveis	3.719	2.329
Veículos e afins	986	346
Máquinas e equipamentos	-	4
Bens em regime especial	360	466
Outros bens não de uso próprio	-	8
Despesas antecipadas	188	125
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(603)	(226)
Total Circulante	4.650	3.052

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 603 (2015 - R\$ 226) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	11.840	11.840
Sicredi Participações S.A.	11.505	11.505
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.346	23.346

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.731.441 ON 7.773.938 PN	3.731.441 ON 7.773.938 PN	1 Quotas	1 Quotas	11.840.098 Quotas	11.840.098 Quotas
Percentual de participação	1,32%	1,43%	0,63%	0,72%	10,08%	10,12%
Capital social	869.279	804.351	165	138	117.452	116.950
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	122.111	121.225
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	500	585
Valor do investimento	11.505	11.505	1	1	11.840	11.840

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.378	(8.385)	14.993	14.052
Imobilizações em curso	-	824	-	824	107
Terrenos	-	1.105	-	1.105	-
Edificações	4%	6.272	(1.146)	5.126	5.377
Instalações	10%	3.758	(1.488)	2.270	2.578
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.350	(1.818)	2.532	2.598
Sistema de comunicação	10%	264	(122)	142	128
Sistema de processamento de dados	20%	4.370	(2.741)	1.629	1.759
Sistema de segurança	10%	508	(269)	239	236
Sistema de transporte	20%	1.927	(801)	1.126	1.269
Intangível (i)	5% a 15%	11.590	(4.882)	6.708	5.828
Investimentos Confederação		11.590	(4.882)	6.708	5.828
Total		34.968	(13.267)	21.701	19.880

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	120.253	-	-	120.253	111.381
Depósitos Interfinanceiros	-	39	-	39	20
Depósitos a prazo	2.592	3.170	109.926	115.688	115.211
Total	122.845	3.209	109.926	235.980	226.612

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	93.190	94.423
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	93.190	94.423
Total circulante	93.190	94.423
Recursos do Crédito Rural	10.252	20.296
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.252	20.296
Total exigível a longo prazo	10.252	20.296

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 17/11/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	5.660	26.114
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	5.660	5.430
Outras instituições	-	20.684
Total circulante	5.660	26.114

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 04/03/2017.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.969	3.648
Obrigações por convênios oficiais	18	12
Provisão para pagamentos a efetuar	6.868	7.044
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	156	192
Provisão para coobrigações (i)	1.118	1.205
Pendências a regularizar	40	229
Operações com cartões	11.096	9.696
Demais fornecedores	611	684
Credores diversos	1.715	2.020
Total circulante	24.591	24.730

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	120	75	(100)	95
Cível	72	46	(57)	61
Total	192	121	(157)	156

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	95	120
Cível	Provável	61	72
Total		156	192

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária (i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 6; R\$ 360 e R\$ 878 (2015 - R\$ 0,00, R\$ 222 e R\$ 878), respectivamente.

(i) A Cooperativa possui em andamento processo administrativo, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do ICMS. O processo encontra-se em fase de impugnação, atingindo o valor de R\$ 823, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	101.972	82.437
Total de associados	53.641	54.962

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.535 (2015 – R\$ 14.684), sendo R\$ 24.599 (2015 – R\$ 14.002) via integralização de resultados e R\$ 2.908 (2015 – R\$ 4.271), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.972 (2015 – R\$ 3.589).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,35% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.405 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 800 (R\$ 1.400 mil em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	46.325	43.232
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(19.457)	(18.157)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	-	75
Provisão de PPR	1	29
Receita com atos cooperativos	17.533	14.737
Juros sobre o capital próprio	3.950	3.196
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	876
Outros	(2.027)	(756)
Subtotal	19.457	18.157
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	224.086	152.188
Outros Créditos - Rendas a receber	839	1.441
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	3.334	2.854
Despesas antecipadas (Nota 07)	14	30
Investimentos (Nota 08)	23.346	23.346
Intangível (Nota 09)	6.708	5.828
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 10)	39	20
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 11)	103.442	114.719
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	5.660	26.114
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	10.666	9.664
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.609	209
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	29.151	20.237
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	3	-
Operações de Empréstimos e Repasses	12.828	13.543
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.980	1.717
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	13.534	12.655

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	191	0,16%	186
Depósitos a prazo	1.336	1,15%	564
Operações de crédito	1.707	0,51%	540

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.138	2.262

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 24.997 (2015 - R\$ 22.903), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.540	3.392
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.898	18.387
Reversão de provisões operacionais	3.609	1.441
Outras rendas operacionais	2.869	5.970
Total	37.916	29.190

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	3.646	2.670
Contribuição O.C.E.	105	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.765	1.733
Contribuição Confederação Sicredi	7.642	7.087
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.548	2.606
Encargos da administração financeira	154	109
Repasse Administradora de Cartões	909	617
Outras provisões operacionais	2.391	914
Outras despesas operacionais	3.139	2.390
Total	22.299	18.222

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	90.556	57.033
Total	90.556	57.033

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	224.376	187.729
Capital principal - CP	224.376	187.729
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	107.813	89.812
Lucros acumulados	17.662	16.962
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.071	1.483
Total do capital qualificado	224.376	187.729
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	53.912	56.617
Índice sobre o PR considerando a RBAN	43,83%	37,02%
Situação para o limite de imobilização	18.631	18.398
Índice de imobilização (limite 50%)	8,30%	9,80%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Edson Elvio Arrial
Diretor Executivo
CPF: 486.705.610-34

Vilma Aparecida Dos Santos Ribeiro
Diretora de Operações
CPF: 390.248.731-34

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72